

MERCADOS

Bovespa fecha em baixa de 0,12%, aos 134,5 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) teve mais uma sessão de variação relativamente estreita, inferior a mil pontos entre a mínima (133.874,43) e a máxima (134.836,72, +0,13%) do dia, em que saiu de abertura aos 134.664,19 pontos. Ao fim, marcava 134.510,85 pontos, pouco abaixo da estabilidade (-0,12%), com giro enfraquecido como na quarta-feira passada e ontem, ainda menor, a R\$ 15,5 bilhões. Na semana, o Ibovespa (Índice Bovespa) recua 1,34%, limitando o ganho do mês a 1,08%. No ano, o índice da B3 sobe 11,83%.

O dia foi misto para as ações de primeira linha, com as do setor bancário predominantemente em baixa após a recuperação parcial vista na quarta-feira no segmento. As principais ações de commodities também não apresentaram tendência única nesta quinta-feira: Vale ON teve alta de

0,85% e as de Petrobras, baixa de 0,09% na ON e ganho de 0,23% na PN no fechamento. Na ponta ganhadora do Ibovespa, Braskem (+3,79%), RD Saúde (+2,01%) e Motiva (+1,92%). No campo oposto, Yduqs (-6,03%), Porto Seguro (-3,48%), Cemig (-3,19%) e Au- ren (-2,60%). Entre as maiores instituições financeiras, as variações no fechamento ficaram nesta quinta-feira entre -0,86% (BB ON) e +0,11% (Itaú PN). BTG caiu 0,95%.

DÓLAR

Após trocas de sinal ao longo do pregão, o dólar à vista fechou em ligeira alta ontem, dia marcado por valorização global da moeda americana. Com mínima de R\$ 5,4665 e máxima de R\$ 5,4955, ambas pela manhã, o dólar à vista fechou a R\$ 5,4791 (+0,11%). Na semana, acumula alta de 1,5%, o que reduz as perdas em agosto, que chegaram a superar 3%, a 2,17%. No ano, a divisa cai 11,34% frente ao real.

SILVIO COSTA FILHO

Turismo pode crescer mais e representa 8% do PIB brasileiro

ANNA SCABELLO E DANIEL TOZZI MENDES/AE

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que a economia, quando vai bem, contribui para o avanço da indústria do turismo. Segundo o ministro, o Brasil pode superar mais de 8 milhões de turistas internacionais neste ano e a atividade, que hoje representa 8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, tem potencial para crescer à frente. "O Brasil tem um grande potencial na agenda do turismo, percebemos um grande volume de investimentos na promoção turística brasileira, dentro e fora do País", disse ele, que participou nesta quinta-feira do Salão do Turismo, na capital paulista. Costa Filho afirmou considerar a indústria do turismo

como um dos setores econômicos brasileiros mais importantes.

O ministro declarou também não ser possível falar em turismo sem mencionar o fortalecimento das concessões de aeroportos. "Nós estamos vivendo o maior volume de investimentos da história do setor aeroportuário brasileiro, totalizando quase R\$ 10 bilhões em investimentos. Só aqui, no Estado de São Paulo, são R\$ 4 bilhões", disse Costa Filho, que destacou investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões no aeroporto de Congonhas e R\$ 1 bilhão em Guarulhos.

Ele salientou ainda o investimento em obras de aeroportos regionais, com menção à construção do aeroporto internacional de Olímpia (SP), considerado estratégico para o desenvolvimento de São Paulo.

Nota

MP JUNTO AO TCU PEDE URGÊNCIA NA REALIZAÇÃO DO LEILÃO DE RESERVA DE CAPACIDADE

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) pediu que a Corte adote medidas cabíveis para que o leilão de reserva de capacidade, que teve realização adiada, seja realizado com "a urgência necessária" para a "segurança energética do País". O subprocurador-geral, Lucas Furtado, também pede a apuração de "indícios de irregularidades" na condução do certame. A contratação com entrega já neste ano está totalmente descartada porque não há tempo hábil. Em portaria anterior, revogada, o certame seria realizado no último mês de junho. O normativo foi revogado após questionamentos judiciais e, até o momento, não há nova data confirmada. O MPTCU menciona, na representação, que o atraso na realização do certame pode sugerir possíveis "favorecimentos indevidos e distorções no mercado de energia". Com isso, Furtado pede apuração dos motivos do adiamento do certame e avaliar se há irregularidades na condução do processo por parte do Ministério de Minas e Energia (MME) ou de outros órgãos envolvidos. O MME tem na mesa um conjunto de ações para a garantia do suprimento energético em 2025, após o adiamento do leilão de reserva de capacidade. Uma das ações centrais é a antecipação para o período de agosto a outubro de até 2,5 gigawatts de usinas contratadas em 2021. Até então, elas seriam acionadas apenas em 2026.

RECEITA

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Impulsionada pelo crescimento da economia e pela elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), a arrecadação federal atingiu R\$ 254,2 bilhões em julho, divulgou ontem a Receita Federal. O valor é o maior registrado para o mês desde o início da série histórica, em 1995, e representa crescimento real (acima da inflação) de 4,57% em relação a julho de 2024.

De janeiro a julho, a arrecadação soma R\$ 1,679 trilhão, alta de 4,41% em relação ao mesmo período do ano passado em valores corrigidos pela inflação. O valor também é o maior para o período desde o início da série histórica.

Um dos principais fatores para o recorde foi o aumento do IOF. Em julho, a arrecadação com o tributo chegou a R\$ 6,5 bilhões, alta de R\$ 756 milhões, 13,05% acima da inflação, sobre 2024. No acumulado do ano, já

são R\$ 43,5 bilhões, crescimento de 9,42% acima da inflação.

Apesar da alta, a Receita Federal destacou que o impacto em julho foi residual, já que o Supremo Tribunal Federal (STF) só restabeleceu o decreto que elevou o IOF na metade de julho.

Segundo o coordenador de Previsão e Análise do Fisco, Marcelo Gomide, o efeito pleno será sentido a partir de agosto.

Alvo de disputas entre Executivo, Congresso e Supremo Tribunal Federal, a elevação do IOF deve render cerca de R\$ 12 bilhões adicionais este ano. Por decisão do ministro Alexandre de Moraes, o STF manteve o aumento do IOF, mas retirou a incidência sobre o risco sacado (tipo de antecipação de receitas usada por comerciantes) e descartou a cobrança retroativa.

OUTROS FATORES:

- Além do IOF, uma série de medidas e eventos ajudou a reforçar os cofres públicos em julho:

FRAUDE DO INSS

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu o julgamento no plenário virtual sobre o plano para ressarcimento de aposentados vítimas de descontos ilegais. Até o momento, há cinco votos para validar as propostas do governo.

Mendonça pediu vista (mais tempo para análise). Não há data para a retomada da votação. Segundo regimento interno do STF, o ministro que pede vista tem até 90 dias para devolver o processo ou ele é liberado automaticamente para ser incluído na pauta.

O plano foi homologado em julho por Dias Toffoli, relator do caso, que depois submeteu a decisão individual ao crivo dos de-

mais ministros. A suspensão do julgamento não afeta a validade do acordo.

O esquema de descontos indevidos em aposentadorias e pensões do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) foi revelado pela Operação Sem Desconto, deflagrada em abril.

Segundo a investigação da Polícia Federal, as fraudes eram viabilizadas pela assinatura de acordos de cooperação técnica entre o instituto e as entidades e associações envolvidas no esquema. Os desvios estão estimados em R\$ 6,3 bilhões.

O governo buscou uma solução conciliada para evitar a judicialização em massa dos pedidos de ressarcimento. O plano vem sendo oferecer acordos aos aposentados que foram vítimas de fraudes com a garantia de

BALANÇO

BNDES registra lucro de R\$ 13,3 bilhões no primeiro semestre de 2025

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) registrou, no primeiro semestre deste ano, lucro de R\$ 13,3 bilhões. O resultado é semelhante ao do primeiro semestre de 2024. A injeção de crédito na economia teve aumento de 56% em relação ao mesmo período do ano passado, chegando a R\$ 129,6 bilhões no primeiro semestre de 2025.

Os resultados foram divulgados pelo BNDES ontem. Os dados mostram ainda que houve aumento de R\$ 204,2 bilhões nos ativos totais do banco, na atual gestão, desde o início de 2023, alcançando R\$ 888 bilhões, um

crescimento de 30% em relação a 2022. Houve aumento também ao longo do semestre, de 5,6%. No final de 2024, os ativos do banco somavam R\$ 840,9 bi

Em relação a inadimplência, ou seja, 90 dias ou mais de atraso nos pagamentos, a taxa registrada no segundo trimestre foi de 0,03% que, de acordo com o banco, permanece "expressivamente inferior" à do Sistema Financeiro Nacional, cuja taxa geral é 3,55% e a taxa para grandes empresas em junho de 2025 é 0,43%. A taxa do segundo trimestre desse ano é, no entanto, superior ao do primeiro trimestre, 0,001%.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, ressaltou que o BNDES apresenta, atualmente, o

- Taxação das apostas online e loterias: arrecadação de R\$ 928 milhões no mês;
- Receita atípica: cerca de R\$ 3 bilhões de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) vindos dos setores de mineração, financeiro e petróleo;
- Arrecadação da Previdência Social: alta de 3,4% acima da inflação em julho em relação a julho do ano passado, motivada pela recuperação do emprego formal;
- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins): alta de 2,9% acima da inflação em julho, motivada pelo aumento do consumo de serviços. No acumulado do ano, o desempenho também reflete o crescimento da economia brasileira, com massa salarial em alta de 10,6% acima da inflação e importações de 3,3% maiores em dólares.

META FISCAL E PERSPECTIVAS

A equipe econômica avalia que a trajetória positiva da arrecadação aumenta as chances de cumprir a meta de déficit zero este ano, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Neste ano, o governo pode ter um déficit de até R\$ 31 bilhões (0,25% do Produto Interno Bruto, soma dos bens e serviços produzidos no país) sem descumprir formalmente a regra, além de excluir R\$ 44,1 bilhões em precatórios da conta oficial. Para 2026, o governo precisa obter um superávit primário de 0,25% do PIB, algo em torno de R\$ 31 bilhões.

No entanto, o desempenho das contas públicas neste e no próximo ano depende da medida provisória editada em junho que pretende reforçar a arrecadação em R\$ 10,5 bilhões neste ano e em R\$ 20,87 bilhões em 2026. Lançada para compensar a desidratação do decreto que elevou o IOF, a MP está em discussão no Congresso Nacional.

que, se aceitarem os termos propostos, eles devem abrir mão de ações judiciais contra a União. Quem aderir aos acordos receberá integralmente o dinheiro descontado ilegalmente, corrigido pelo IPCA. Os processos que já estão em curso foram suspensos por ordem de Toffoli.

O plano foi pactuado pelo Ministério da Previdência com órgãos como o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

META FISCAL

Os ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes acompanharam o relator, Dias Toffoli, e também votaram para homologar o plano.

O ressarcimento será feito por meio da abertura de crédito extraordinário, que fica fora do limite de gastos do novo arcabouço fiscal. A pedido do governo, as despesas também serão excluídas do cálculo da meta de resultado primário nos exercícios de 2025 e 2026.

Barroso disse ver "com preocupação essas sucessivas autorizações para excepcionalização" do limite de gastos e da meta fiscal, mas votou para validar o acordo "em razão da excepcionalidade da situação".

"Penso que, em futuras hipóteses, esse fator deve ser ponderado com todo rigor pela Corte, de modo a evitar a fragilização, pela via judicial, da tutela da responsabilidade fiscal", ressaltou o presidente do STF.

segundo melhor resultado do sistema financeiro.

"Quero registrar isso para que se preserve as instituições de excelência do Estado brasileiro. Elas trazem retorno para o crescimento, emprego, inovação, descarbonização, reindustrialização do país e para o enfrentamento da crise climática. É um papel imprescindível e mesmo uma alavancagem do setor privado, mercado de capitais", destacou o presidente. O BNDES é um banco público federal, voltado para o financiamento de longo prazo e investimento em todos os segmentos da economia brasileira.

CRÉDITO POR SETOR

Os maiores crescimentos em

aprovações de crédito foram para a indústria, alcançando R\$ 18,1 bilhões, uma alta de 24% sobre 2024 e de 220% sobre 2022, e para a agropecuária, com R\$ 17 bilhões, avanço de 20% em relação a 2024 e de 262% sobre 2022.

Já o crédito aprovado para o setor de comércio e serviços somou R\$ 13,5 bilhões, o que representa uma alta de 18% sobre 2024 e de 124% sobre 2022; e, para a infraestrutura foi de R\$ 24,2 bilhões, uma queda de 8% sobre 2024, mas uma alta de 53% sobre 2022. O balanço mostrou ainda que o apoio a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) teve aumento no primeiro semestre deste ano em relação ao ano passado.

BANANAL

Cavalo sofreu maus-tratos antes mesmo da mutilação, diz entidade

RENATA OKUMURA/AE

Uma entidade ambiental ofidiou uma ação junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo para solicitar medidas preventivas e assegurar que o caso envolvendo os maus-tratos ao cavalo que foi mutilado em Bananal, interior paulista, não permaneça impune. A entidade pede que o que rapaz investigado responda civil e criminalmente pelos atos.

"Ao ter alegado que ele estava sob efeito de álcool no momento em que cortou as patas do cavalo, ele passa a ser perigoso também para a sociedade", afirmou Marcelo Marcondes, diretor jurídico e de direito dos animais pela Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (Anamma) no âmbito nacional e presidente da Anamma-SP.

Em entrevista ao Estadão, Marcondes disse ainda que aguarda a definição dos laudos veterinários que vão apontar se o animal estava vivo ou morto quando teve as patas cortadas.

Para ele, mesmo que seja confirmado que o animal já estivesse morto no momento da mutilação, o sofrimento enfrentado ao longo de um percurso de quase 15 quilômetros em área com muitas subidas já é configurado como uma situação de maus-tratos.

"Se for confirmado que o cavalo estava vivo é ainda pior, pois o animal entraria em um estágio de sofrimento sem precedentes, agonizando até a morte", afirmou ele, que permanece monitorando a situação junto às autoridades responsáveis pelo caso.

Ele espera que ocorra essa judicialização do caso. Para que o responsável venha a ser penalizado e que a justiça seja feita. Segundo Marcondes, o inquérito policial que está sob a reponsabilidade da Polícia Civil também segue em curso e deve ser apresentado nos próximos dias.

Em nota, o MPSP disse que, no momento, os fatos estão sendo apurados pela Delegacia de Bananal. Conforme a Secretaria da Segurança Pública do Estado, o investigado e uma testemunha comparece-

ram à delegacia nessa segunda-feira, 18, prestaram depoimento e foram liberados. A defesa não foi localizada. Ainda segundo a pasta, diligências prosseguem para esclarecer os fatos

ENTENDA O CASO

No último sábado, dois amigos que moram em Bananal saíram para passear com cavalos. Dalton Oliveira montava um cavalo com pelos escuros e Andrey Guilherme Nogueira de Queiroz, de 21 anos, estava com um cavalo com pelos mais claros, que ele montava pela primeira vez.

Os dois percorreram quase 15 quilômetros na zona rural, sendo a maior parte de subidas, até que o cavalo montado por Andrey parou, numa região conhecida como Serra do Guaraná Quente, por volta das 17h. Aparentando cansaço, o animal deitou e, segundo Dalton narrou à polícia, pareceu ter dificuldades para respirar

Andrey - que depois contou à TV Vanguarda que estava alcoolizado - supôs que o animal tivesse morrido. Disse a Dalton: "Se você tem coração, melhor não olhar" e, com um facão, decepou as patas do cavalo. Depois ainda desferiu mais golpes contra o cavalo, enquanto Dalton gravava a cena. Postado nas redes sociais, o vídeo viralizou, gerando muitas críticas à conduta do cavaleiro.

Uma médica veterinária avaliou o animal na terça-feira passada, mas, devido à posição em que o corpo do cavalo está, não foi possível tirar conclusões, sendo necessária outra perícia.

Maltratar animais é crime no Brasil, conforme a Lei nº 9 605/1998, que determina que a pena por "praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos" varia de três meses a um ano de detenção, além de multa. A pena é aumentada de um sexto a um terço se ocorre morte do animal.

Neste caso, como o cavalo morreu, a pena em caso de condenação pelo crime pode chegar a 1 ano e 4 meses de detenção.

PRAIA GRANDE

Estudante finca lápis na cabeça de colega durante briga em escola

RENATA OKUMURA/AE

Um estudante fincou um lápis na cabeça de um colega durante uma briga dentro da sala de aula de uma escola municipal da Praia Grande, no litoral de São Paulo, na terça-feira passada. O aluno ferido foi socorrido imediatamente.

A Prefeitura de Praia Grande, por meio da Secretaria de Educação do Estado, disse que tomou conhecimento dos fatos pela gestão da unidade de ensino que, por sua vez, prestou o socorro imediato ao aluno.

"Ainda em relação à situação, a equipe gestora esclarece que não havia um histórico formal de agressões ou episódios de bullying entre os envolvidos no caso", afirmou o município.

Os responsáveis legais dos envolvidos já foram devidamente atendidos, e, as providências

relativas às sanções disciplinares já estão sendo adotadas, frente a gravidade dos fatos, de acordo com a gestão municipal.

"A Secretaria de Educação e a equipe gestora da unidade escolar colocam-se à disposição da família. Para evitar que tais casos ocorram dentro das escolas municipais, a Seduc conta com a atuação das pedagogas comunitárias que realizam os círculos restaurativos com o objetivo de promover a Cultura da Paz dentro das unidades de ensino", disse.

A gestão municipal afirmou ainda que repudia qualquer tipo de atitude violenta entre estudantes. Como ação preventiva, a pasta municipal conta ainda com a atuação dos psicólogos educacionais que fazem palestras com os estudantes voltadas para as questões socioemocionais.

GESTÃO TARCÍSIO

Fazenda exonera fiscal que embolsou propinas de R\$ 1 bi

RAYSSA MOTTA E FAUSTO MACEDO/AE

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo exonera, a pedido, o auditor fiscal Artur Gomes da Silva Neto, preso na Operação Ícaro por suspeita de corrupção. A portaria foi publicada ontem no Diário Oficial do Estado.

Silva Neto está afastado das funções por ordem judicial. O auditor pediu desligamento definitivo do cargo no início da semana.

O pedido de exoneração foi atendido, mas Silva Neto continuará respondendo a um pro-

cesso administrativo disciplinar instaurado pela Corregedoria da Fazenda. A depender do resultado, a exoneração a pedido poderá ser convertida em demissão. A investigação também poderá resultar na proibição de o fiscal tentar reingressar no serviço público e outras consequências.

O fiscal é apontado como "cabeça" de um esquema de corrupção que teria movimentado mais de R\$ 1 bilhão na Divisão de Fiscalização da Secretaria da Fazenda, 'debaixo das barbas' do governador Tarcísio de Freitas.

Segundo a investigação, ele cobrava propinas de empresas varejistas para orientá-las e fa-

cilitar a restituição de créditos de ICMS.

O empresário Sidney Oliveira, dono da Ultrafarma, e o executivo Mário Otávio Gomes, diretor estatutário da Fast Shop, teriam financiado do esquema. Eles foram presos temporariamente e agora estão em domiciliar. Outras gigantes do varejo são citadas na investigação.

A defesa do fiscal usou a iniciativa da exoneração para pedir à Justiça a revogação de sua prisão, alegando que fora do cargo em definitivo ele não oferece risco ao inquérito. Os advogados também juntaram ao processo um laudo com diag-

nóstico de depressão.

O Ministério Público pede que a prisão seja mantida. Os promotores consideram que, se for colocado em liberdade, o auditor pode tentar apagar pistas, ocultar provas e combinar versões com outros investigados.

Uma carta manuscrita apreendida na casa dele durante as buscas na Operação Ícaro foi usada para embasar o pedido. O documento é uma espécie de pedido de orientação espiritual. Artur afirma que é "muito perigoso" assinar "novas liberações de imposto" pelo risco de ser descoberto. Para o MP, a carta é uma confissão do esquema.

DEFENSORIA PÚBLICA

MBL rompe com Tarcísio e deixa vice-liderança na Alesp

BIANCA GOMES E PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

O Movimento Brasil Livre (MBL) rompeu com o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos). Na tribuna da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o deputado estadual Guto Zacarias (União) anunciou na quarta-feira passada, sua saída da vice-liderança do governo e acusou Tarcísio de apoiar projetos que ampliam privilégios do funcionalismo público.

Guto afirmou que o estopim para deixar a vice-liderança foi o apoio do governo ao Projeto de Lei Complementar nº 20/2025, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP), abre brecha para que defensores públicos recebam mais compensações por acúmulo de função. Procurado pela reportagem, o governo do Estado não se manifestou.

"É com muita tristeza que eu subo ao plenário nesse exato momento para discutir mais um pés-

simo projeto que vai aumentar privilégios da elite do funcionalismo público, sobretudo aumentar privilégios da elite do Judiciário paulista. Além disso, é com mais tristeza ainda, que eu digo que esse projeto ruim, patrocinado pelo governo do Estado de São Paulo, é o estopim para que eu saia da vice-liderança do governo do Estado de São Paulo", afirmou Guto.

O deputado disse ainda que esta foi a terceira vez que levou a insatisfação com esse tipo de projeto ao governador. Apesar das promessas de que medidas desse tipo não chegariam à Alesp, Guto disse que Tarcísio voltou a patrocinar medidas que ampliam privilégios do funcionalismo.

O projeto discutido na Alesp na terça-feira passada, cria 300 cargos no órgão, ao custo total de R\$ 305 milhões até 2027. "Hoje, o principal projeto enviado pós-recesso a esta Casa é o projeto que, pasmem, vai aumentar ainda mais os privilégios da elite do Ju-

diciário. Um projeto tão ruim que até o PSOL teve a pachorra de apoiar", afirmou Guto.

O rompimento do MBL com o chefe do Executivo já era esperado, pois o grupo pretende lançar candidato a governador e a presidente da República em 2026 pelo Missão, partido que o movimento trabalha para criar. No início de agosto, o coordenador nacional do grupo, Renan Santos, disse ao Estadão que a aliança com Tarcísio não fazia mais sentido e que o rompimento ocorreria, mas não de forma imediata.

"Havia uma sinergia. Uma sinergia em prol evidentemente não do Bolsonaro ou do Lula, uma sinergia pelo Estado de São Paulo, pela economia, pela segurança pública do Estado de São Paulo. Mas, infelizmente, desde que Tarcísio (sinalizou) ser candidato à Presidência da República, ele está indo em uma linha de fazer sinalizações, acenos e até melhorando as condições salariais de uma elite do Judiciário para

apoiá-lo depois, o que eu não posso fazer parte", continuou Guto na tribuna da Alesp.

O MBL, que era crítico de Tarcísio no governo Jair Bolsonaro (PL), se aproximou do governador após ele vencer a eleição. A indicação de Guto como vice-líder gerou desconforto no bolsonarismo. O ápice ocorreu quando o próprio Guto gravou vídeo criticando Bolsonaro pelas indicações de ministros ao Supremo Tribunal Federal (STF) e por ter vetado um projeto que "suspendia os superpoderes do tribunal".

O vídeo, gravado no auge do tarifaço imposto por Donald Trump ao Brasil, levou o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) a questionar Tarcísio. "Por que Tarcísio mantém como vice-líder uma pessoa do MBL, um grupo que defende a minha prisão, a prisão de meu pai, a prisão de jornalistas exilados, gente que ficou anos sem ver os filhos, como o Allan dos Santos?", questionou o filho do ex-presidente.

GATO PRETO

Bia Miranda diz que não estava dirigindo em acidente e rebate críticas

EREM CARLA/AE

Bia Miranda, que se envolveu em um acidente de trânsito ao lado do namorado, o influenciador Gato Preto, na manhã de quarta-feira passada, usou suas redes sociais para comentar o ocorrido e rebater críticas sobre sua postura após a colisão.

Primeiro, por meio de nota assinada por sua assessoria jurídica: "Bia reforça que está colaborando integralmente com a Justiça e se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários. Destaca ainda que toda assistência e amparo necessários às vítimas serão prestados, reafirmando seu compromisso com a solidariedade e o respeito humano". A

nota afirma, ainda, que ela não estava dirigindo o Porsche.

INDENIZAÇÃO

O episódio ganhou ainda mais repercussão depois que Bia publicou um vídeo se referindo ao carro atingido como "lixo". A declaração viralizou e gerou forte rejeição por parte do público.

No vídeo, ela dizia: "Carro do senhorzinho, isso aí é lixo. A gente arca com a responsabilidade do carro do senhor, claro que ele não vai ficar sem."

Diante da polêmica, a influenciadora tentou se explicar. Em uma publicação nos stories, que foi posteriormente apagada, ela afirmou que a palavra "lixo" foi usada no sentido de que o problema seria simples de resol-

ver. "'Lixo' é uma forma de falar que é fácil de resolver, tipo 'roupa pra gente é lixo', meio uma forma de dizer que tem bastante", escreveu.

Na mesma mensagem, Bia revelou que o motorista do outro carro, identificado como Edilson Maiorano, teria escolhido receber R\$ 60 mil como forma de compensação, em vez de consertar o veículo. Segundo ela, esse seria o valor estimado do Hyundai HB20 atingido.

INFLUENCIADOR FOI DETIDO

Cerca de quatro horas após o acidente, Gato Preto foi localizado pela Polícia Militar em um apartamento no bairro Tremembé, na Zona Norte de São Paulo.

As câmeras corporais dos policiais registraram o momento em que o influenciador abriu a porta nu, acompanhado de duas mulheres. Ele foi detido e liberado após prestar depoimento.

AVANÇO DE SINAL

Imagens captadas por câmeras da Prefeitura de São Paulo mostram o momento da colisão: o Porsche, em alta velocidade, cruza o sinal vermelho na Avenida Brigadeiro Faria Lima, na Zona Oeste da cidade, por volta das 6h24 da manhã. O veículo atinge um HB20 que trafegava pela Rua Elvira Ferraz e, na sequência, bate contra um poste de semáforo. O filho de Edilson Maiorano, que estava no HB20 com o pai, ficou ferido e foi levado ao hospital.

Nota

FESTIVAL DE CURTAS COMEÇA EM SÃO PAULO COM FILMES DE 60 PAÍSES

Começou ontem, na capital paulista, mais uma edição do tradicional Festival Internacional de Curtas de São Paulo (Kinoforum). O festival é gratuito e acontece até o dia 31 de agosto. Esta edição será marcada por uma homenagem à sua fundadora, a cineasta Zita Carvalhosa, e pela celebração dos 25 anos do lançamento do Manifesto Dogma Feijoadá, que construiu avanços para o cinema negro brasileiro.

Neste ano, o festival vai apresentar 253 curtas de 60 países. Entre eles, há títulos internacionais e inéditos, como Que Bom Que Você Morreu, ganhador da Palma de Ouro do Festival de Cannes, além de Quem Ama o Sol, vencedor de melhor curta na mostra Orizzonti do Festival de Veneza. Já entre os nacionais, estão os inéditos Homenagem A Kiarostami e Mensagem de Sergipe, os dois últimos curtas produzidos por Jean-Claude Bernardet, que morreu no mês passado. Também está programada a estreia nacional de Filme Sem Querê, de Lincoln Péricles, um dos nomes mais

importantes do cinema de periferia de São Paulo. "O festival já tem uma história muito sólida na cidade de São Paulo e carrega o legado da Zita Carvalhosa, que sempre acreditou na força do curta-metragem como espaço de experimentação e descoberta de novos olhares. De fato, o Kinoforum tem um lugar guardado no imaginário dos cineastas e do público que frequenta o festival. São frequentadores que se renovam a cada ano, algo que reconhecemos ao ver sempre os rostos jovens que acompanham o evento", disse Vânia Silva, coordenadora-geral e diretora executiva do festival.

RELATÓRIO DA PF

Bolsonaro movimentou R\$ 30,5 milhões em um ano

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

Informações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontam que o ex-presidente Jair Bolsonaro movimentou R\$ 30,5 milhões nas suas contas bancárias entre março de 2023 e junho deste ano.

Os valores fazem parte do relatório de inteligência financeira, que foi usado pela Polícia Federal (PF) no inquérito que indiciou Bolsonaro e um de seus filhos, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), no caso do tarifaço dos Estados Unidos contra o Brasil.

“No período de 01/03/2023 a 07/02/2024, foram movimentados R\$ 30.576.801,36 em créditos e R\$ 30.595.430,71 em débitos,

cujos resumos por tipo de lançamento constam nas tabelas a seguir”, escreveu a PF.

O relatório não cita ilegalidades quanto à origem dos recursos movimentados por Bolsonaro, mas relata cerca de 50 comunicações de movimentações atípicas envolvendo o ex-presidente e pessoas ligadas a ele, como o filho, Eduardo, e a esposa, Michele Bolsonaro.

Das 50 comunicações, quatro informaram operações suspeitas em contas de Bolsonaro e outras quatro nas contas de Eduardo. Outras 42 operações foram feitas em contas de terceiros.

Segundo os investigadores, as movimentações “apresentam indícios de possíveis práticas de lavagem de dinheiro ou outros ilícitos,

tendo os principais investigados como vinculados às referidas movimentações”.

Entre as operações atípicas envolvendo Bolsonaro, consta o repasse de R\$ 2 milhões para bancar a estadia de Eduardo nos Estados Unidos. A transferência foi feita no dia 13 de maio deste ano.

O repasse já era de conhecimento público e foi confirmado pelo próprio Bolsonaro. O dinheiro faz parte do montante de R\$ 19 milhões recebido em doações de apoiadores, via Pix, entre 2023 e 2024.

O Coaf registrou outra operação de R\$ 2 milhões da conta de Bolsonaro para Michele Bolsonaro. De acordo com a PF, a quantia foi omitida pelo ex-presidente no

depoimento prestado durante as investigações.

No caso de Eduardo, foi encontrada uma operação de câmbio de R\$ 1,6 milhão para uma conta no banco Wells Fargo, nos Estados Unidos. A operação foi realizada no dia 26 de maio deste ano.

“Adicionalmente, a empresa (corretora) declarou, na mesma comunicação, que o valor teria como origem uma doação realizada por seu genitor, Jair Bolsonaro, conforme indicado em extrato bancário encaminhado à corretora”, completou o relatório.

As informações financeiras também apontam que Bolsonaro teve despesas de R\$ 6,6 milhões com dois escritórios de advocacia.

CÚPULA

Lula quer reforçar o engajamento de países amazônicos na COP30

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva está a caminho de Bogotá, na Colômbia, onde participa, hoje, da 5ª Cúpula da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (Otca). O encontro deve atualizar os compromissos dos países que compartilham a maior floresta tropical do planeta na proteção do bioma. Também será uma oportunidade de engajar os vizinhos no esforço de participação na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém, no Pará, a primeira realizada em solo amazônico.

Uma das iniciativas do governo brasileiro é justamente a aprovação de uma declaração conjunta de apoio ao Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, da sigla em inglês), que será lançado na COP30.

O fundo será um mecanismo de financiamento, no valor previsto de US\$ 125 bilhões, destinado a preservar esses biomas florestais, presentes em cerca de 70 países, e que são cruciais para a regulação do regime de chuvas e captura de carbono na atmosfera.

Lula desembarca na capital colombiana no fim desta noite. O primeiro compromisso

oficial será dos representantes dos países membros do Tratado de Cooperação Amazônica com organizações da sociedade civil e comunidades indígenas, por volta das 9h30 desta sexta-feira, seguida pela cúpula. As atividades ocorrerão na Casa de Nariño, sede da Presidência da Colômbia, na Plaza de Armas.

A iniciativa de diálogo com entidades da sociedade civil repete a metodologia adotada há 2 anos, na edição anterior da cúpula da Otca, em Belém.

Lula e o presidente colombiano Gustavo Petro são os dois únicos chefes de Estado confirmados na cúpula. Os demais países enviaram chanceleres.

Do lado brasileiro, acompanham Lula os ministros Márcio Macedo, da Secretaria-Geral da Presidência; Sônia Guajajara, dos Povos Indígenas; Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Mauro Vieira, das Relações Exteriores, e o embaixador André Corrêa do Lago, presidente da COP30.

Além da declaração em favor do TFFF, a cúpula da Otca deverá aprovar a Carta de Bogotá, reforçando metas e compromissos dos países em ações como combate ao desmatamento e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

CÂMARA

Zé Trovão ameaça Moraes: ‘Vamos acabar com sua vida’

RAISA TOLEDO/AE

O deputado federal Zé Trovão (PL-SC) ameaçou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes durante pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados na quarta-feira passada.

O parlamentar bolsonarista discursou em defesa do pastor Silas Malafaia, alvo de mandado de busca e apreensão, e afirmou que a oposição “acabaria com a vida” do magistrado.

Na tribuna da Casa, Zé Trovão afirmou querer repudiar a “perseguição” a Malafaia. “Que dia para se dizer mais uma vez ao Supremo Tribunal Federal: continuum perseguindo as pessoas. Estão no caminho certo para que, daqui a pouco tempo, este País seja uma desgraça definitiva. Alexandre de Moraes, presta atenção, o seu dia, o seu fim está próximo e nós vamos acabar com a sua vida”, disse.

Cinco minutos depois, ele retornou para retificar suas palavras, que disse “não serem verdade de maneira nenhuma”. “Quero fazer uma correção na minha fala quando citei o Moraes. Eu disse ‘destruir a sua vida’ e isso não é verdade de maneira nenhuma. Nós não estamos aqui para destruir vidas, e sim as ações erradas que ele tem tomado. Então, eu quero retirar a minha palavra. Nós iremos acabar com a injustiça que ele comete”, disse.

Em nota enviada ao Estadão, o gabinete do deputado afirmou não ter se tratado de uma ameaça. “O deputado utilizou a expressão: ‘vamos acabar com sua vida’. No entanto, tal frase não teve qualquer intenção de ameaça ou incitação à violência. Trata-se de uma expressão de cunho coloquial, conotativa, utilizada no calor do debate político e não deve ser interpretada co-

NOVAS REGRAS

Câmara aprova projeto contra adultização de crianças nas redes

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na noite de quarta-feira, em votação simbólica, o Projeto de Lei (PL) 2628/2022, que estabelece regras para proteção e prevenção de crimes contra crianças e adolescentes em ambientes digitais. É o chamado PL contra a “adultização” de crianças.

De autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), o projeto foi relatado na Câmara pelo deputado Jadyel Alencar (Republicanos-PI) e contou com o apoio de centenas de organizações da sociedade civil que atuam com a proteção das crianças e adolescentes no Brasil.

O texto aprovado é um substitutivo do relator. Apesar da proposta já ter passado pelo Senado, como houve mudanças na Câmara, o texto retornará para apreciação final dos senadores.

Uma das novidades do projeto aprovado na Câmara é a previsão de que a fiscalização e sanção sejam feitas por uma autoridade nacional autônoma, entidade da administração pública que será responsável por zelar, editar regulamentos e procedimentos e fiscalizar cumprimento da nova legislação.

Com 16 capítulos e 41 artigos, o texto obriga as plataformas digitais a tomarem medidas “razoáveis” para prevenir riscos de crianças e adolescentes acessarem conteúdos ilegais ou considerados impróprios para essas faixas etárias, como exploração e abuso sexual, violência física, intimidação, assédio,

promoção e comercialização de jogos de azar, práticas publicitárias predatórias e enganosas, entre outros crimes.

Além disso, a proposta prevê regras para supervisão dos pais e responsáveis e exige mecanismos mais confiáveis para verificação da idade dos usuários de redes sociais, o que atualmente é feito basicamente por autodeclaração.

A matéria ainda disciplina o uso de publicidade; a coleta e o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes e estabelece regras para jogos eletrônicos, veda à exposição a jogos de azar. Em caso de descumprimento das obrigações previstas na lei, os infratores ficam sujeitos a penalidades que variam de advertência, multas que podem chegar a R\$ 50 milhões, suspensão temporária de atividades e até a proibição definitiva das atividades no país.

“Não tenho dúvida que nossas crianças e adolescentes irão reconhecer o trabalho do Parlamento brasileiro em buscar um ambiente seguro nas redes sociais, no ambiente digital”, celebrou o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), que pautou e comandou a sessão de votação da proposta.

Inicialmente combatido por grande parte da oposição no Congresso, o PL 2628 acabou ganhando adesões nesse campo após o relator acolher modificações na proposta, como a criação de uma agência reguladora autônoma - a ser instituída por lei própria - e a restrição sobre quem pode pedir remoção de conteúdo criminoso. Por isso, o

PL, principal partido da oposição, retirou os destaques ao projeto para que a medida avançasse sem percalços no plenário.

“Hoje, as crianças do Brasil ganham. Do texto, foram retiradas todas as censuras que poderiam ter. A Câmara dos Deputados sempre vai lutar para que as crianças não sejam sensualizadas”, afirmou o deputado Sôstenes Cavalcante (PL-RJ), líder do seu partido e um dos expoentes oposicionistas no Congresso.

“Nós mostramos hoje que, quando queremos, as nossas divergências ficam de lado e prevalecem o interesse e o bem comum. E o bem comum neste caso é a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Estamos protegendo uma geração inteira”, destacou o deputado Otoni de Paula (MDB-RJ).

REMOÇÃO IMEDIATA

Ponto central da proposta, a possibilidade de remoção imediata de conteúdos criminosos por parte das plataformas deve se dar a partir de um processo específico de notificação.

No artigo 29, que trata dessa questão, os fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação direcionados ou de acesso provável por crianças e adolescentes deverão proceder a retirada de conteúdo que viola direitos de crianças e adolescentes assim que forem comunicados do caráter ofensivo da publicação pela vítima, por seus representantes, pelo Ministério Público ou por entidades representativas de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, independentemente

de ordem judicial.

Na avaliação de especialistas, o projeto de lei adapta direitos que já estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas que não costumam ser aplicados nas redes sociais.

“O PL 2628 protege a liberdade de expressão e de imprensa, porque tem um rol muito restritivo de conteúdos que podem ser imediatamente removidos. São conteúdos de exploração sexual, pornografia, assédio, de incentivo a automutilação e golpes contra crianças e adolescentes. Opiniões, críticas e reportagens são mantidas, não se aplicam no PL”, argumentou a deputada Sâmia Bonfim (PSOL-SP).

Para a parlamentar, o projeto é resposta histórica contra o estímulo à violência e à lucratividade indevida sobre a exposição de crianças no ambiente digital.

COMOÇÃO NACIONAL

O assunto ganhou força depois do humorista Felipe Bressanin Pereira, conhecido como Felca, publicar um vídeo, no dia 9 de agosto, denunciando o influenciador paraibano Hytalo Santos por exploração de pessoas menores de 18 anos e alertando para riscos de exposição infantil nas redes sociais.

O vídeo, que já tem quase 50 milhões de visualizações, teve enorme repercussão no país e mobilizou políticos especialistas, famílias, autoridades e organizações da sociedade civil em torno da aprovação de uma legislação protetiva para crianças e adolescentes na internet e redes sociais.

TRAMA GOLPISTA

PF diz que Bolsonaro teve acesso à defesa de general Mário Fernandes

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Polícia Federal aponta que o ex-presidente Jair Bolsonaro teve acesso prévio ao conteúdo da defesa do general Mário Fernandes, um dos réus no processo da trama golpista. O militar está preso desde novembro do ano passado.

A suspeita consta no relatório no qual a Polícia Federal indiciou Bolsonaro e seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), no caso das sanções dos Estados Unidos. Durante as investigações, o celular do ex-presidente foi apreendido pelos agentes.

De acordo com a PF, foi encontrado no aparelho do ex-presiden-

te um documento semelhante ao apresentado pelos advogados do militar ao Supremo Tribunal Federal. A investigação apontou que o arquivo original entregue à Corte e o encontrado no celular possuem o mesmo número de páginas e foi protocolado pela defesa cerca de uma hora após a criação do arquivo no celular do ex-presidente.

“Tendo em vista a notória semelhança entre o conteúdo do arquivo encontrado no aparelho celular do ex-presidente com aquele protocolado nos autos da PET 12.100/DF pela defesa do réu Mário Fernandes, evidencia-se que Jair Messias Bolsonaro teve acesso prévio ao conteúdo relacionado à

defesa do general Mario Fernandes”, diz o relatório. Bolsonaro e os demais réus estão impedidos de manter contato e trocar informações entre si, de acordo com as medidas cautelares previstas na ação. “A submissão prévia de documentos contendo teses de defesa do réu Mario Fernandes, ao ex-presidente da República Jair Bolsonaro, revela a continuidade, mesmo após as medidas cautelares determinadas pelo juízo, da estrutura hierárquica e do vínculo subjetivo entre os investigados”, diz o relatório.

Durante o governo Bolsonaro, o general ocupou o cargo de secretário executivo da Secretaria-Geral

da Presidência da República e foi responsável, segundo a PF, pela elaboração de um arquivo de Word intitulado “Punhal Verde e Amarelo”, com planejamento “voltado ao sequestro ou homicídio” do ministro Alexandre de Moraes, do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e do vice, Geraldo Alckmin. A PF também aponta que Mário Fernandes afirmou que Bolsonaro deu aval para um plano golpista até 31 de dezembro de 2022. Em um áudio enviado a Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Fernandes disse que o ex-presidente teria dito a ele que a “ação” poderia ocorrer até o último dia do mandato.

BAIXADA

Castro inaugura Maternidade de São João de Meriti

O governador Cláudio Castro inaugurou, ontem, a nova Maternidade Municipal de São João de Meriti. Com investimento de mais de R\$ 18,5 milhões do Governo do Estado, a unidade para atendimentos obstétricos de baixa complexidade recebeu novos equipamentos e mobiliários. Também foi lançado um posto de identificação civil do Detran RJ, que vai emitir certidão de nascimento e carteira de identidade para os recém-nascidos e seus pais, ampliando o combate ao sub-registro. O evento aconteceu no dia do aniversário de 78 de emancipação de São João de Meriti.

“É uma grande honra estar aqui no aniversário de Meriti entregando o que a cidade precisa. Os investimentos do governo em Saúde são prioridade e seguimos cumprindo o papel de atender aos moradores de todas as localidades do estado. Nos últimos anos, temos ampliado as especialidades e oferecido o que há de melhor na rede pública de saúde. Esta maternidade, tão importante para a população, vai permitir um atendimento de qualidade para as mulheres de São João de Meriti e da Baixada Fluminense”, disse o governador.

A unidade, que foi fechada em 2018 por causa de más condições estruturais, contará com banco de leite humano e 66 leitos, sendo 40 obstétricos, 6 de observação para gestantes e puérperas, e 20 neonatais. A maternidade terá capacidade para realizar cerca de

300 partos por mês e deve alcançar de 700 a 800 atendimentos mensais.

Neste primeiro momento, os atendimentos pré-natal de risco habitual e alto risco vão continuar sendo realizados em outras unidades da rede municipal. Já na nova maternidade, haverá consultas de emergência para gestantes e uma ampla estrutura de diagnósticos, com eletrocardiogramas, cardiocotografia, ultrassonografia e exames laboratoriais. Atualmente, cerca de 2.400 gestantes estão em acompanhamento pela Atenção Primária à Saúde do município.

Moradora do bairro Praça da Bandeira, Daniele Gaspar está grávida do segundo bebê e comemorou a abertura da unidade.

“O meu primeiro filho nasceu em Mesquita, porque não tínhamos maternidade. Agora, vou ter a tranquilidade de ter minha filha perto de casa”, contou.

DETRAN RJ

A maternidade ganhou ainda um posto de identificação civil neonatal do Detran RJ. Com isso, os recém-nascidos poderão ser registrados no hospital e receber a carteira de identidade, além da certidão de nascimento. O programa visa combater o problema do sub-registro civil da população e garantir o acesso aos benefícios sociais. Ao todo, 20 maternidades públicas que já integram o projeto. Esses postos atendem aos bebês e também seus pais.

VARGEM GRANDE

Rio inicia demolição de construções irregulares

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Duas construções irregulares erguidas na Rua Zenitildes Alves Meira, em Vargem Grande, na zona oeste do Rio, começaram a ser demolidas na quarta-feira passada. Os imóveis estão em fase de construção, mas não têm licença municipal. A demolição está sendo feita de forma manual e deve demorar alguns dias.

Os proprietários já haviam sido notificados em junho deste ano para providenciar a regularização. Na ocasião, as obras foram embargadas. Uma das edificações fica situada no número 151 da rua (construção de um pavimento de aparente uso comercial) e a outra na esquina com a Rua Marcelo Yuca (construção de três pavimentos de aparente uso misto). Os imóveis estão localizados na Favela Beira do Canal, que sofre influência de facção criminoso.

A ação é um desdobramento de dois processos abertos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Li-

cenciamento. Em fase de construção em alvenaria, as obras, que totalizam aproximadamente 600 metros quadrados, foram erguidas sem autorização da prefeitura do Rio. Uma delas está situada em loteamento clandestino e a outra ocupa área destinada a um terreno público.

“O espaço público precisa ser respeitado. Não vamos tolerar que o cidadão ocupe o logradouro e promova uma desordem no território. Toda a obra precisa ser feita dentro dos trâmites legais e com todas as autorizações devidas. É um trabalho que a prefeitura do Rio vem realizando desde 2021 e daremos continuidade com mais rigor, sempre com foco na preservação da vida e na desobstrução do espaço público. Além disso, é importante asfiliar financeiramente o crime organizado, uma vez que eles se utilizam, muitas vezes, dessas construções ilegais para benefícios financeiros”, destacou o secretário municipal de Ordem Pública, Marcus Belchior.

Nota

HOSPITAL RONALDO GAZOLLA REALIZA CAMPANHA DE DOAÇÃO DE SANGUE

O Hospital Municipal Ronaldo Gazolla realiza, na segunda-feira e terça-feira da próxima semana, a segunda edição deste ano de sua campanha de doação de sangue, em parceria com o Hemório, responsável por fornecer hemoderivados a mais de 200 hospitais da rede pública do Rio de Janeiro, especialmente em situações de emergência. – Em hospitais de grande porte, como o Gazolla, que abriga o Super Centro Carioca de Cirurgia, as doações assumem papel ainda mais crucial. O material coletado garante suporte transfusional a pacientes submetidos a cirurgias, em terapia intensiva ou em casos críticos, nos quais o sangue é insumo indispensável para a preservação da vida – afirmou Roberto Rangel, presidente da RioSaúde, empresa que administra o hospital. Na primeira edição da campanha, realizada em maio, o hospital arrecadou aproximadamente 200 bolsas. A expectativa agora é superar esse número. A doação é segura e rápida: a coleta dura menos de dez minutos, e em 24 horas o organismo do doador já começa a repor parte das substâncias retiradas.

DIPLOMACIA

EUA não desejam negociar tarifas, afirma Celso Amorim

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O assessor para assuntos internacionais do presidente da República, embaixador Celso Amorim, afirmou que o governo dos Estados Unidos não tem demonstrado disposição para negociar as supostas divergências comerciais apontadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

“Eles não têm o desejo de negociar”, disse Amorim ao participar, na quarta-feira passada, de uma audiência pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Para Amorim, ao impor sobretaxas a mais de uma centena de países, o governo dos Estados Unidos colocou em xeque o sistema multilateral de comércio, desenvolvido após a Segunda Guerra Mundial (1939/1945), por meio de sucessivos acordos que, pouco a pouco, estabeleceram regras globais de comércio.

“Estamos tendo esta disputa comercial com os Estados Unidos – que no caso do Brasil tem características específicas –

mas, mais importante que isso, é que o que está sendo posto em xeque é o sistema multilateral de comércio”, comentou Amorim ao sustentar que o mundo enfrenta um “momento de profundas mudanças da ordem internacional”.

“Desde que entrei no Itamaraty, sempre [ouvimos sobre] o papel importante do Gatt e, depois, da OMC”, acrescentou o embaixador, referindo-se ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) e à Organização Mundial do Comércio (OMC), criada em 1995, para substituir o acordo.

“Sempre ouvimos [falar sobre] a necessidade de termos regras multilaterais. Porque, na medida em que um país muito forte coloca tarifas unilateralmente, desnorteia todo o comércio [global]”, ponderou o embaixador, para quem, “como cidadãos do mundo, temos que defender o sistema multilateral” de comércio.

Amorim também criticou a postura do governo estadunidense, principalmente em relação ao Brasil, prejudicado por questões político-ideológicas,

segundo o embaixador. “Não podemos dizer que o comércio internacional é a lei do mais forte”, reafirmou

“É importante (compreender) que isso não é uma questão de briga entre Brasil e EUA. O caso do Brasil é singular. Que eu saiba, (somos) o único [país sobretaxado pelo governo Trump] em que se misturou abertamente a questão comercial com a política”, lembrou Amorim, citando o texto da Ordem Executiva de 30 de julho, no qual o governo estadunidense afirma que o aumento do valor das tarifas de importação cobradas dos produtos brasileiros é uma resposta, entre outras coisas, ao fato do ex-presidente Jair Bolsonaro responder a processos judiciais no Supremo Tribunal Federal (STF).

Amorim lembrou que, antes mesmo de publicar a Ordem Executiva, o presidente Donald Trump já tinha tornado público o teor de uma mensagem crítica enviada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O documento, segundo ele, foi divulgado antes mesmo de Lula recebê-lo. “Nunca vi este nível de desres-

peito e intromissão”, mencionou.

“Nos meus mais de 60 anos de carreira (diplomática), jamais vi uma carta como a que o presidente Trump mandou para o presidente Lula. Uma carta que foge totalmente às práticas diplomáticas. Primeiro porque foi postada (simultaneamente) com seu envio (a Lula). Ou seja, ela se tornou pública antes do presidente Lula recebê-la. E o mais curioso é que, diferentemente da situação com outros países, nos quais a questão tarifária ficou limitada à parte comercial, a carta [ao presidente brasileiro] começa com dois parágrafos sobre política interna brasileira”, enfatizou Amorim, reafirmando a disposição do governo brasileiro ao diálogo.

“Não queremos romper com os EUA. Não tomamos nenhuma ação hostil (...) Sempre procuramos negociar. Inclusive, o ministro da Fazenda (Fernando Haddad) marcou uma conversa por telefone com o secretário de Tesouro dos EUA [Scott Bessent], mas esta foi cancelada por uma interferência externa”, finalizou Amorim.

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

Texas aprova mudança nos distritos eleitorais que deve beneficiar Trump

A Câmara do Texas (EUA) aprovou na quarta-feira passada, o redesenho dos distritos eleitorais do estado. A medida poderá beneficiar o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, nas eleições legislativas do ano que vem.

O presidente americano fez pressão pela aprovação da proposta, com vistas à manu-

tenção da maioria na Câmara dos Deputados após o pleito de 2026. Os novos mapas eleitorais do Texas garantiriam mais cinco cadeiras para o Partido Republicano na Casa.

O projeto ainda precisa passar pelo Senado do Texas, que é controlado pelos republicanos, e ser sancionado pelo governador Greg Abbott, que

também é republicano.

Nas últimas duas semanas, deputados democratas do Texas tentaram obstruir a votação e chegaram a se ausentar do estado, com o objetivo de impedir a formação de quórum para a apreciação da proposta. O projeto passou com 88 votos a favor e 52 contrários.

"Grande VITÓRIA para o grande estado do Texas!!! Tudo foi aprovado, em nosso caminho para mais CINCO assentos no Congresso e para a salvação dos seus Direitos, das suas Liberdades e do seu próprio País", comemorou Trump, em publicação na rede Truth Social. "O Texas nunca nos decepciona."

ACORDO DE PAZ

Putin exige Donbass e que Ucrânia não entre na Otan

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, exigiu que a Ucrânia abra mão de toda a região do Donbass, no leste, renuncie às ambições de se juntar à Otan e permaneça neutra na Europa como condições para paz, informou a agência de notícias Reuters ontem. A agência ouviu três fontes familiarizadas com os planos do Kremlin e com as conversas entre Putin e o presidente Donald Trump na cúpula do Alasca no dia 15.

Até então, os detalhes da conversa entre os dois presidentes eram desconhecidas. Após o encontro, os dois afirmaram que os assuntos debatidos abririam caminho para a paz na Ucrânia, mas não forneceram maiores informações.

Segundo a Reuters, as demandas atuais por território de Moscou são menos exigentes que há um ano atrás, quando pretendia anexar as regiões de Donetsk e Luhansk (que formam o Donbass), Kherson e Zaporizhzhia - hoje, Moscou controla a maioria dessas áreas e a totalidade de Luhansk.

Na nova proposta, o presidente russo manteve sua exigência de que a Ucrânia se retire completamente das partes do Donbass que ainda controla, segundo as três fontes. Em troca, porém, Moscou interromperia as linhas de frente em Zaporizhzhia e Kherson, disse a Reuters. A agência acrescentou

que pequenas áreas sob controle russo nas regiões de Kharkiv, Sumi e Dnipropetrovsk também poderiam ser negociadas.

Putin também mantém as exigências de que a Ucrânia desista das ambições na Otan e de uma promessa da aliança militar de que não haverá mais expansão para o leste. O líder russo também quer limites ao Exército ucraniano e a garantia de que nenhuma tropa do Ocidente será enviada para o país como uma força de paz.

O chefe da diplomacia russa, Serguei Lavrov, também afirmou durante uma coletiva de imprensa nesta quarta-feira que Moscou quer ser parte das discussões sobre qualquer garantia de segurança para a Ucrânia. "Discutir seriamente questões de garantia de segurança sem a Federação Russa é uma utopia, um caminho para lugar nenhum", declarou. Kiev rejeita a ideia.

As exigências evidenciam as distâncias entre os planos de Kiev e Moscou para o fim da guerra e mostram o quão difícil é alcançar a paz, mesmo três anos após o início da guerra.

O presidente ucraniano Volodimir Zelenski rejeitou repetidamente a ideia de se retirar de terras ucranianas como parte de um acordo, e disse que a região industrial de Donbass serve como uma fortaleza que impede os avanços russos em di-

reção ao interior do país.

"Se estamos falando em simplesmente nos retirar do leste, não podemos fazer isso", disse ele a repórteres em comentários divulgados por Kiev nesta quinta-feira. "É uma questão de sobrevivência do nosso país, envolvendo as linhas defensivas mais fortes."

A adesão à Otan, por sua vez, é um objetivo estratégico que está na constituição do país e é considerado por Kiev a garantia de segurança mais confiável para o futuro. Zelenski afirmou que não cabe à Rússia decidir sobre a adesão à aliança.

Apesar disso, as fontes ouvidas pela Reuters afirmaram que a cúpula do Alasca criou a melhor chance de paz desde o início da guerra, por causa de debates específicos sobre as exigências da Rússia. Segundo eles, Putin demonstrou disposição em ceder.

"Putin está pronto para a paz - para o compromisso. Essa é a mensagem que foi transmitida a Trump", disse uma das fontes à agência.

A cúpula, no entanto, não esclareceu se os EUA concordariam em reconhecer territórios que Moscou anexou durante a guerra. A ideia não parece incomodar Trump, que já falou em diversas ocasiões sobre trocas de terra para garantir a paz.

Netanyahu diz que retomará negociações

O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, disse ontem, que dará aprovação final para a tomada da Cidade de Gaza, ao mesmo tempo em que reiniciará negociações com o Hamas visando o retorno de todos os reféns restantes e o fim da guerra nos termos de Israel.

A operação em larga escala na Cidade de Gaza pode começar dentro de dias, após Netanyahu conceder aprovação.

O Hamas disse no início desta semana que concordou com uma proposta de cessar-fogo de mediadores árabes, que - se aceita por Israel - poderia evitar a ofensiva.

O exército israelense começou a chamar oficiais médicos e organizações internacionais no norte da Faixa de Gaza para incentivá-los a evacuar para o sul antes da operação ampliada. O exército planeja convocar 60.000 reservistas e estender o serviço de mais 20.000.

Enquanto isso, ataques israelenses mataram pelo menos 36 palestinos em toda Gaza ontem, de acordo com hospitais locais.

Uma nova ofensiva poderia trazer ainda mais vítimas e deslocamentos para o território, onde a guerra já matou dezenas de milhares e especialistas alertaram sobre uma fome iminente.